



# Anais da Assembléia

Nº 34

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 24 DE MARÇO DE 1997

ANO XXIII

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**

Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**

1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**

2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CLAUDIO ROMANELLI**

3º Vice-Presidente - PMDB

**LUIZ CARLOS MARTINS**

1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**

2º Secretário - PFL

**ANTONIO ANNIBELLI**

3º Secretário - PSDB

**IRONDI PUGLIESI**

4º Secretária - PPB

**ANGELO VANHONI**

5º Secretário - PT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado VALDIR ROSSONI
PDT .....	Deputado WALMOR TRENTINI
PTB .....	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB .....	Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL .....	Deputado ELIO RUSCH
PSDB .....	Deputado CESAR SILVESTRI
PT .....	Deputado PERICLES H. MELLO
PPB .....	Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

## Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kielse - José Durval Amaral - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Élio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Rery Borcato; PPB - 06: Augustinho Zucchi - César Seleme - Dúlio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PTB - 06: Ademar Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 18ª SESSÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 1997**  
**(SEGUNDA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Angelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Dúlio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elío Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Indicação:**

**INDICAÇÃO**

Senhor Presidente.

Cumprimentando-o cordialmente, dirijo-me a V.Exa. para indicar o Deputado Valdir Rossoni como membro para compor a Comissão do MERCOSUL na Assembleia Legislativa.

Na oportunidade, renovo a V.Exa. protestos de estima e apreço.

Sala das sessões, em 24.03.97.

(a) WALMOR TRENTINI  
 Líder do PDT

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 450**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário retirada por dez sessões do Item 02, 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 263/95, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária (24.03).

Sala das Sessões, em 24.03.97.

(a) VALDIR ROSSONI

**REQUERIMENTO Nº 472**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 24.03.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

**REQUERIMENTO Nº 463**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, com base no Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, que seja destinado o horário do grande expediente, da Sessão Plenária do dia 08 de abril do corrente, para que seja prestada homenagem ao Reverendíssimo Senhor Padre Gustavo Henrique Pereira, que comemora 50 anos de vida religiosa, conforme requerimento feito anteriormente.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 24.03.97.

(a) RENATO ADUR

Apoio: Antonio Annibelli e Orlando Pessuti.

**REQUERIMENTO Nº 447**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Votos de Pesar à Família Manfrinato, pelo falecimento da Senhora Ana Maria Silveira Manfrinato, ocorrido no dia 24 de março de 1997, no município de Cianorte.

Outrossim, solicita que os mesmos sejam dados ciência à família enlutada, na Rua Monte Castelo, 282, Cianorte - PR, CEP: 87.200-000.

Sala das Sessões, em 24.03.97.

(a) EDNO GUIMARÃES

**REQUERIMENTO Nº 475**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado nos Anais desta Casa, Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Arno Papini, ocorrido no dia 13 de março de 1997, na Cidade de Toledo, Estado do Paraná.

Requer ainda que seja oficiado à família enlutada:

Geraldo Papini e Irmãos

Rua São João, 3572

Toledo-PR

Sala das Sessões, em 24.03.97.

(a) DÚLIO GENARI

**JUSTIFICATIVA:**

Arno Papini, um homem de valor que deixa saudade eterna pelo exemplo que era em vida. Firme, decidido e brava gente que desde os primórdios de Toledo, como autêntico pioneiro participou ativamente com trabalho dedicado no crescimento e desenvolvimento da terra que escolheu para trabalhar e viver com sua família.

É um pioneiro que se vai e a Assembleia Legislativa se associa ao luto e a dor dos familiares, parentes e amigos, transmitindo suas condolências.

**REQUERIMENTO Nº 464**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve requer à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, um Voto de Congratulações ao General Antonio Araújo de Medeiros, por sua promoção a General de Exército, por ato presidencial deste período.

O General Medeiros serviu recentemente no Paraná, onde foi Comandante da 5ª Região Militar, 5ª Divisão de Exército, tendo se dedicado zelosamente à remodelação da estrutura dessa Região "Heróis da Lapa", revelando-se ainda cultor dos valores democráticos e admirador das instituições dos Estados componentes da área, notadamente o Paraná.

Sala das Sessões, em 24.03.97.

(a) ANIBAL KHURY

**REQUERIMENTO Nº 458**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a conservação da estrada Inácio Martins - Campina Bonita (aproximadamente 10 Km) - Pro-

grama Estradas Rurais - Caminhos da Educação.

A recuperação de estradas municipais constitui-se em meta prioritária dos municípios paranaenses, bem como do Governo do Estado, através de programa específico denominado de Caminhos da Educação.

Sala das Sessões, em 24.03.97.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO Nº 459

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Cândido Manuel Martins de Oliveira, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a construção de uma Delegacia de Polícia no Município de Fernandes Pinheiro.

Trata-se de município recém criado, desmembrado de Imbituva, que está em sua primeira administração e necessita de todo o apoio do Governo do Estado, para prestar atendimento a sua população.

Sala das Sessões, em 24.03.97

(a) TOTI COLAÇO.

#### REQUERIMENTO Nº 460

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Cândido Manuel Martins de Oliveira, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a construção de uma Delegacia de Polícia no Município de Guaramiranga.

Trata-se de município recém criado, desmembrado de Imbituva, que está em sua primeira administração e necessita de todo o apoio do Governo do Estado, para prestar atendimento a sua população.

Sala das Sessões, em 24.03.97

(a) TOTI COLAÇO.

#### REQUERIMENTO Nº 461

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, com base no Regimento Interno desta Casa de Leis, seja encaminhado expediente ao Deputado Hermas Eurides Brandão, Mui Digno Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, enviando cópia do Ofício nº 041/97 da Associação Paranaense de Suinocultores, que expõe a necessidade de providências para que seja evitada a importação de qualquer produto de origem suína para o nosso País, para se evitar o risco de contaminação da população, conforme especifica o documento em anexo.

Sala das Sessões, em 24.03.97

(a) RENATO ADUR

#### REQUERIMENTO Nº 462

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, com base no Regimento Interno desta Casa de Leis, seja encaminhado expediente ao Sr. Armando Martinho Bardou Raggio, Mui Digno Secretário de Estado da Saúde, enviando cópia do ofício nº 041/97 da Associação Paranaense de Suinocultores, que expõe a necessidade de providências para que seja evitada a importação de qualquer produto de origem suína para o nosso País, para se evitar o risco de contaminação da nossa população, conforme especifica o documento em anexo.

Sala das Sessões, em 24.03.97

(a) REANTO ADUR.

#### REQUERIMENTO Nº 465

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja enviado expediente aos Prefeitos e às Câmaras de Vereadores do Paraná, orientando-os a gerenciarem junto aos agentes

financeiros de suas cidades para que sejam liberados os recursos do PRONAF, especialmente aqueles para investimentos, recursos estes repassados pelo Banco do Brasil e pelo Banestado. Além disso, que os Prefeitos e Vereadores, também, reivindiquem, junto ao governo federal, mais recursos para o Programa de Agricultura Familiar no ano de 1998. Os recursos devem ser superiores a um bilhão de reais, já que se trata de verbas para viabilizar os municípios, especialmente aqueles que tem sua base na agricultura e possuem pouca oferta de emprego.

Sala das Sessões, em 24.03.97

(a) IRINEU COLOMBO

#### JUSTIFICATIVA:

Os municípios tem sido penalizados pelo corte de mais de 20% de suas arrecadações com a instituição pelo governo federal, do Fundo Social de Emergência e agora pelo Fundo de Estabilização Fiscal (FEF). A renovação do FEF está sendo rejeitado pelos prefeitos do Brasil, pedindo a seus Deputados Federais e Senadores para que votem contra.

Contudo, os recursos do Programa Nacional de Amparo a Agricultura Familiar (PRONAF), nas suas duas modalidades, investimento e custeio, é uma forma dos municípios terem aporte de capitais vindo para a agricultura que por sua vez dinamiza o comércio e as indústrias locais. O PRONAF é uma conquista dos trabalhadores organizados em sindicatos, associações, que passaram a pressionar o Governo Federal para que compensasse a situação de crise da agricultura, de modo diferenciado ao pequeno agricultor que gera emprego para sua própria família, que historicamente tem baixíssimo índice de inadimplência junto aos bancos e não estavam aparados pelo plano de securitização.

Convém ressaltar que os recursos deste programa é de baixo custeio financeiro, devendo girar em torno de 8,5% ao ano de juros, e atende sobretudo aos municípios que têm dificuldade de atrair indústrias para geração de empregos.

Com o empenho democrático dos vereadores e dos prefeitos, conseguiremos viabilizar mais recursos, bom e barato.

#### REQUERIMENTO Nº 466

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Luiz Casa Grande, localizada no Bairro Campo Comprido, os quais solicitam a implantação de rede coletora de esgotos nessa rua. Informações complementares podem ser obtidas com a Sra. Tania Regina Costa pelo telefone 349-1264.

Sala das Sessões, em 24.03.97

(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

#### REQUERIMENTO Nº 467

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do Bairro Jardim Pinheiros - Santa Felicidade, os quais solicitam policiamento ostensivo na quadra da Rua Padre José Martins, entre as Ruas Fernando Correia de Azevedo e Travessa José Maria Marengo. Ocorre que em frente às residências de nºs 95, 145 e 160 existe um terreno com mato muito alto e constantemente há movimentação de pessoas e barulhos estranhos no interior do mesmo, deixando todos muito apreensivos e preocupados. Os moradores das proximidades pedem o policiamento a fim de verificar o que vem acontecendo e principalmente para evitar futuros aborrecimento para a comunidade.

Sala das Sessões, em 24.03.97

(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

#### REQUERIMENTO Nº 468

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Ple-

nário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Luiz Casa Grande, localizada no Bairro Campo Comprido, os quais solicitam a implantação de rede coletora de esgotos nessa rua. Informações complementares podem ser obtidas com a Sra. Tania Regina Costa pelo telefone 349-1264.

Sala das Sessões, em 24.03.97  
(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

#### REQUERIMENTO Nº 469

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores do Jardim Uirapuru, através de nosso Requerimento LCM/AL/13.116/96 (cópia anexa), datado de 26.11.96 e que até a presente data não foi atendido. Pedem também a limpeza de um terreno baldio localizado ao lado do nº 154 da Rua Carlos Fontoura Falavinha.

Sala das Sessões, em 24.03.97  
(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

#### REQUERIMENTO Nº 470

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Rafael Bernardo Dely, Mui Digno Secretário de Estado da Política Habitacional, solicitando a construção de 30 casas populares no Distrito de Jangada, Município de Cafezal do Sul.

Do aprovado REQUER ainda, seja comunicado ao Senhor Shizuo Takada, Prefeito Municipal (Av. Italo Orceli, 796); aos Vereadores Augusto Cogo, Presidente da Câmara Municipal e Geraldo de Souza Freire Filho (Av. Italo Orceli, 658) CEP 87567-000.

Sala das Sessões, em 24.03.97  
(a) NELSON GARCIA.

#### JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação fundamenta-se na indicação nº 010/97 do Vereador Geraldo de Souza Freire, na qual expõe a necessidade de construção de 30 casas populares no Distrito de Jangada, Município de Cafezal do Sul.

É cada vez mais crescente a carência do setor habitacional do Distrito de Jangada. O problema é ainda mais acentuado, junto à camada de baixa renda.

Desta forma, solicitamos a colaboração desta Pasta à fim de que determine a realização de estudos visando as possibilidades de atendimento ao pleito.

#### REQUERIMENTO Nº 471

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Hermas Brandão, Digníssimo Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a readequação e cascalhamento na Estrada São João, em Cafezal do Sul.

Do aprovado REQUER, ainda, seja comunicado ao Senhor Shizuo Takada, Prefeito Municipal (Av. Italo Orceli, 796); aos Vereadores Augusto Cogo, Presidente da Câmara Municipal e Roberto Francisco dos Santos (Av. Italo Orceli, 658) CEP 87567-000.

#### JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação fundamenta-se na Indicação nº 028/97 de autoria do Vereador Roberto Francisco dos Santos, onde justifica que a referida estrada tem um número muito grande de usuários, principalmente nas épocas de escoamento da safra agrícola.

Outro fator determinante do pleito é a péssima conservação da estrada, o que necessita com urgência da adequação e cascalhamento para oferecer à comunidade um tráfego normal.

#### REQUERIMENTO Nº 474

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, solicitando providências para a limpeza do canteiro central da rodovia do contorno, na cidade de Ponta Grossa, especialmente nas proximidades do IAPAR, a fim de evitar acidentes com pedestres.

Sala das Sessões, em 24.03.97

(a) PÉRICLES MELLO

#### JUSTIFICATIVA:

O mato existente no canteiro central da rodovia do contorno, na cidade de Ponta Grossa, principalmente nas proximidades do IAPAR está favorecendo os acidentes (inclusive com mortes) envolvendo pedestres que atravessam aquela via e não têm visão dos veículos.

#### Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 007/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam transformados em símbolos GP1 a GP5, os cargos em Comissão, simbologia G, existentes nos Gabinetes Parlamentares e Lideranças.

Art. 2º - A remuneração mensal dos cargos de provimento em comissão simbologia GP1 a GP5 será fixada através de Ato da Mesa Executiva, conforme determina o § 1º, do art. 33, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor a partir de 1º de abril de 1997, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.03.97

(aa) José Tavares, Ricardo Chab, Eduardo Trevisan, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Claudio Romanelli, Edson Lino, Irondi Pugliesi, Carlos Simões, Angelo Vanhoni, Luiz Carlos Martins, Orlando Pessuti, Emerson Nerone, Ademar Traiano, Nereu Moura, Luiz Carlos Alborghetti, Péricles de Mello, Albanor Gomes, Milton Puppio, Joel Coimbra, Luiz Carlos Zuk, Edgar Bueno, Horácio Rodrigues, Nelson Garcia, Cesar Seleme, Basílio Zanusso, Élio Rusch, Cezar Silvestri, Remy Borsato, Caio Quintana, Sérgio Spada, João Techy, Renato Adur, Antonio Annibelli, Hidekazu Takayama, Plauto Miró Guimarães, Toti Colaço, Valdir Rossoni, Edno Guimarães, Geraldo Cartário, Duílio Genari, Irineu Colombo, Cleiton Kielse, Júlio Ando, Marquinhos Alves, Durval Amaral, Walmor Trentini, Augustinho Zucchi e Sâmis da Silva.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 105/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, o PROVOPAR - Programa Voluntariado Paranaense, localizado à Rua Sergipe, nº 80, no Município de Formosa do Oeste.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.03.97

(a) EDNO GUIMARÃES

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, com sede à rua Sergipe, nº 80, município de Formosa do Oeste, constituída sob forma de Sociedade Civil sem fins lucrativos, por tempo indeterminado, foi organizada com finalidades filantrópicas.

O Programa de Voluntariado Paranaense - PROVOPAR, realiza um trabalho integrado e cooperativo com a APMI e o Centro Social Urbano, buscando atender a comunidade em geral.

Tem como meta prioritária, atender a criança carente de 0 a 14 anos através de atividades educativas, pedagógicas e recreativas.

As famílias são atendidas pelos agentes comunitários que procuram promover a educação e a Assistência Social com visitas domiciliares, palestras, informações sobre planejamento familiar, prevenção e controle de crianças, acompanhamento e desenvolvimento da criança, adolescente e do adulto.

Os idosos são encaminhados ao Grupo da 3ª Idade, onde são envolvidos nas atividades específicas faixa etária.

Desta forma, esperamos o devido apoio e con-

seqüente aprovação à esta proposta de Lei que visa reconhecer publicamente o esforço e o trabalho da entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 106/97  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogado o Parágrafo Único do Artigo 16 da Lei nº 9.937, de 20 de abril de 1992.

Art. 2º - O inciso III do Artigo 140 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1994, fica restabelecida, com a seguinte redação: "Se houver exercido, por 10 (dez) anos, em dois ou mais períodos descontínuos ou por 08 (oito) anos de forma ininterrupta, um ou mais cargos em comissão ou função gratificada do nível mais elevado, desde que esse cargo ou função tenha sido exercido por um mínimo de doze meses".

Art. 3º - Voltam a vigorar, com a redação anterior, os parágrafos 1º, 2º e 3º do art. 140, da Lei nº 6.174 de 16 de novembro de 1970, acrescentando-lhe dois parágrafos, o 4º e 5º com a seguinte redação:

Parágrafo 4º - Se o exercício do maior cargo ou função gratificada não durou doze meses, poderá o funcionário optar pelo maior cargo em que se completou essa exigência temporal.

Parágrafo 5º - Caso em nenhum dos cargos ou funções exercidas o funcionário tenha permanecido por doze meses ou mais, a aposentadoria poderá ocorrer com as vantagens daquele cargo em que tenha permanecido maior período de tempo.

Art. 4º - Aos funcionários que se aposentaram a partir de 20 de abril de 1992 e que não tinham direitos adquiridos relativamente à anterior redação do inciso III do art. 140 da Lei nº 6.174/70, aplica-se o disposto no art. 140 e seus parágrafos da Lei nº 6.174/70, com a redação dada por esta Lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.03.97.

(a) EDUARDO LACERDA TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

Esta Lei nº 9.937 de 20 de abril de 1992, destinada principalmente ao reajuste do funcionalismo, trouxe, embutido em um simples parágrafo, uma importante modificação no Estatuto do Funcionalismo Público Estadual (Lei nº 6.174/70), ao impedir que as vantagens de cargo em comissão ou função gratificada fossem levadas para a aposentadoria por aqueles funcionários que tivessem exercido tais atribuições durante cinco anos.

A partir de tal Lei, o funcionário efetivo, quando de sua aposentadoria, não mais poderia incorporar a seus proventos as vantagens do cargo, em comissão ou função gratificada.

No entanto, seria de justiça que tais funcionários pudessem ter incorporadas a seus proventos as vantagens de tais cargos, pois ter incorporadas a seus proventos as vantagens de tais cargos, pois seu exercício demonstra justamente uma dedicação maior, um aperfeiçoamento que o funcionário retrata a sua própria vida. Se foi guiado a um cargo em comissão ou a uma chefia (função gratificada), só isso já é forte indicativo de que ele era bom funcionário e que desempenhava de forma eficiente suas atribuições. Mais ainda: é sabido que o exercício de função gratificada ou cargo em comissão importa em trabalho além das horas normais, uma dedicação constante ao serviço, a sacrifícios não exigidos do funcionário comum.

O presente projeto resgata os benefícios já previstos anteriormente pelo Estatuto do Funcionalismo Público Estadual.

No projeto, houve um aumento para a carga de anos de dedicação, de cinco para oito anos, com a interrupção, ou de três para cinco anos sem interrupção. Esse aumento implica em demonstrar sem equívocos que o prêmio é concedido a funcionário altamente dedicado, que passou quase um terço de sua vida funcional no exercício de cargos maiores da administração.

Com a inserção dos parágrafos 4º e 5º apenas se pretende resolver problemas de ordem prática que poderão ocorrer dentro do funcionalismo, e para que não se acumulem processos paralisados ou questionamento do Projeto, sem inovar na concessão dos benefícios, busca resolver uma

questão de ordem temporária, para proteção da administração e do próprio servidor a dedicar seu sacrifício pessoal e sua atenção maior a cargos em comissão ou em funções gratificadas, para que não se acumulem processos paralisados ou questionamentos judiciais, por falta de previsão legal. Da mesma forma, o art. 4º do Projeto, sem inovar a concessão dos benefícios, busca resolver uma questão de ordem temporária, para proteção da administração e do próprio servidor que tenha se aposentado no período em que o benefício deixou de ser concedido.

Do funcionalismo público foram reiterados muitos benefícios. Não se deseja a restauração de mordomias ou de benesses incompatíveis com a administração pública. Mas, sim, estimular o próprio servidor a dedicar seu sacrifício pessoal e sua atenção maior a cargos em comissão ou em funções gratificadas, para que auferam um ganho maior como recompensa por sua dedicação, por seu próprio sacrifício pessoal.

Assim, o autor deste Projeto espera poder contar com o apoio dos nobres pares a esta iniciativa.

PROJETO DE LEI Nº 107/97  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Delegacia de Amparo ao Idoso no Município de Campo Mourão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.03.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Tem o Estado o dever de prestar assistência social às pessoas idosas. Contudo, essa responsabilidade é mútua entre Estado e Sociedade. Essa cooperação torna-se necessária já que o Estado possui os meios concretos para a realização desta tarefa e a sociedade é o canalizador das necessidades preçpuas dos idosos.

Como dispositivo constitucional a assistência social será prestada em conjunto entre o Estado, sociedade e família, dando amparo aos idosos, assegurando-lhes participação, assim como, integração na comunidade.

O idoso não deve ser visto como peso morto para a sociedade. Uma sociedade consciente valoriza seus membros mais idosos, pois deles obtêm experiência e sabedoria que só a vivência pode fornecer.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 108/97  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Delegacia de Amparo ao Idoso no Município de Foz do Iguaçu.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.03.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Tem o Estado o dever de prestar assistência social às pessoas idosas. Contudo, essa responsabilidade é mútua entre Estado e Sociedade. Essa cooperação torna-se necessária já que o Estado possui os meios concretos para a realização desta tarefa e a sociedade é o canalizador das necessidades preçpuas dos idosos.

Como dispositivo constitucional a assistência social será prestada em conjunto entre Estado, sociedade e família, dando amparo aos idosos, assegurando-lhes participação, assim como, integração na comunidade.

O idoso não deve ser visto como peso morto para a sociedade. Uma sociedade consciente valoriza seus membros mais idosos, pois deles obtêm experiência e sabedoria que só a vivência pode fornecer.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 109/97  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Delegacia de Amparo ao Idoso no Município de Apucarana.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.03.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

**JUSTIFICATIVA:**

Tem o Estado o dever de prestar assistência social às pessoas idosas. Contudo, essa responsabilidade é mútua entre Estado e Sociedade. Essa cooperação torna-se necessária já que o Estado possui os meios concretos para a realização desta tarefa e a sociedade é o canalizador das necessidades preclusas dos idosos.

Como dispositivo constitucional a assistência social será prestada em conjunto entre Estado, sociedade e família, dando amparo aos idosos, assegurando-lhes participação, assim como, integração na comunidade.

O idoso não deve ser visto como peso morto para a sociedade. Uma sociedade consciente valoriza seus membros mais idosos, pois deles obtêm experiência e sabedoria que só a vivência pode fornecer.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

**PROJETO DE LEI Nº 110/97**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Delegacia de Amparo ao Idoso no Município de Cascavel.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.03.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

**JUSTIFICATIVA:**

Tem o Estado o dever de prestar assistência social às pessoas idosas. Contudo, essa responsabilidade é mútua entre Estado e Sociedade. Essa cooperação torna-se necessária já que o Estado possui os meios concretos para a realização desta tarefa e a sociedade é o canalizador das necessidades preclusas dos idosos.

Como dispositivo constitucional a assistência social será prestada em conjunto entre Estado, sociedade e família, dando amparo aos idosos, assegurando-lhes participação, assim como, integração na comunidade.

O idoso não deve ser visto como peso morto para a sociedade. Uma sociedade consciente valoriza seus membros mais idosos, pois deles obtêm experiência e sabedoria que só a vivência pode fornecer.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

**PROJETO DE LEI Nº 111/97**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Vereadores do Vale do Ivaí, com sede e foro no Município de Marilândia do Sul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.03.97.

(a) ANIBAL KHURY

**JUSTIFICATIVA:**

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública, a Associação dos Vereadores do Vale do Ivaí, foi fundada em 28 de abril de 1985, tendo por objetivo desenvolver o espírito associativo entre os Vereadores da Microrregião do Vale do Ivaí e promover o intercâmbio entre os Vereadores e as associações congêneres no Estado e no País.

Assim sendo esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

**PROJETO DE LEI Nº 112/97**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Jacarezinho o terreno e os imóveis de propriedade do Estado do Paraná, onde atualmente funciona o 6º distrito do D.E.R., registrado no Cartório de Re-

gistro de Imóveis daquela Comarca, no livro 3 G, fls. 230, transcrição nº 6.291.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.03.97.

(a) BETO RICHÁ

**JUSTIFICATIVA:**

Com a inauguração das novas instalações do DER - Departamento de Estradas de Rodagem, em Jacarezinho, o antigo prédio - de propriedade do patrimônio do Estado seria o local ideal para abrigar diversos setores da administração municipal. O pleito, defendido pelo Prefeito Mário Clóvis Gaspar, prevê a transferência, para o local, do parque de máquinas e as Secretarias de Obras e Viação, Educação, Esportes, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Social e Desenvolvimento Urbano, que se encontram atualmente instalados em prédios alugados, verificando um grande dispêndio aos cofres do município.

Com base no artigo 10º da Constituição Estadual, a prefeitura está reivindicando a doação do imóvel - bem como das benfeitorias - para assim, ampliar seu espaço físico e possibilitar um melhor desempenho das funções de cada órgão. É preciso destacar ainda que a partir da transferência do DER para suas novas instalações, estariamos oferecendo uma reutilização do imóvel em questão e evitando que o local permaneça sem uso.

Com base no exposto, solicitamos a esta Casa de Leis que aprove tal iniciativa para podermos conceder a Jacarezinho e seus habitantes uma administração municipal mais eficiente, assim como a racionalidade na utilização do patrimônio público.

**PROJETO DE LEI Nº 113/97**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Fundação Luz e Vida" com sede e foro na cidade e Comarca de Corbélia, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.03.97.

(a) ÉLIO RUSCH

**JUSTIFICATIVA:**

A presente proposição de declaração de utilidade pública da "Fundação Luz e Vida", da cidade de Corbélia, Paraná, é feita em vista da Entidade se enquadrar na legislação pertinente para tal.

Considerando os elevados propósitos da Entidade, a mesma está qualificada para receber esse benefício, para melhor desempenhar e usufruir seus objetivos para a coletividade.

É por esses motivos, que conclamo aos nobres Pares para a aprovação desta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra Deputado Edno Guimarães, Júlio Ando, César Seleme. (Todos declinam).

No Grande Expediente concedo a palavra ao ilustre Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós estaremos encaminhando a cada um dos gabinetes parlamentares ainda no dia de hoje e estamos fazendo este pronunciamento da tribuna, porque talvez muitos dos Senhores Deputados acabem por não olhar de repente a correspondência por inteiro, mas estamos enviando a cópia, vai ser uma fotocópia porque a original nós não conseguimos até agora do boletim nº 1 da União Nacional dos Legislativos Estaduais e o boletim nº 2. A União Nacional dos Legislativos Estaduais ela vem em substituição a União Parlamentar Interestadual, a nossa UPI, e vem em substituição ao Colégio de Presidentes de Assembléias Legislativas do Brasil. Nós tínhamos a UPI que já existia há muitos anos, que defendia os interesses dos Senhores Parlamentares e tínhamos o Colégio de Presidentes, que sempre que necessário reunia os presidentes de Assembléias Legislativas para tratar de assuntos de interesse de Assembléias Legislativas. Surgiram alguns conflitos entre o Colégio e a UPI e houveram por bem os Deputados Estaduais no



mês de maio do ano passado, na Cidade de Belém, onde estivemos por delegação do Presidente Anibal Khury. Extinuírem o Colégio de Presidentes e fundaram uma única unidade, a UNALE, União Nacional dos Legislativos Estaduais. A UNALE foi fundada, elegeram a sua diretoria e começaram a trabalhar. E agora, através do boletim nº 2 que chegou para nós a semana passada e como nós estávamos recebendo o número 2 e ainda não tínhamos recebido o número 1 fomos atrás do Presidente, do Secretário Geral e recebemos agora há pouco um fax com o inteiro teor do boletim nº 2. Vamos agora reproduzir esse boletim nº 1, o boletim nº 2 e enviar a cada um dos Senhores Deputados pedindo que cada um leia com atenção, porque tem assunto da maior importância e muitos Deputados não atentos ao que está escrito aqui, poderão depois cobrar do Presidente Anibal Khury, do Zuk, do Pessuti. Já que estou na condição de Diretor Adjunto da Região Sul, os termos das condições que constam desses dois boletins. O mais importante na minha avaliação para o presente momento é o teor da Resolução nº 1/96, diz:

(Lê).

#### "RESOLUÇÃO Nº 001/96 - UNALE

A Diretoria da União Nacional dos Legislativos Estaduais, em reunião realizada no dia 05 de dezembro de 1996, aprovou a seguinte resolução:

Art. 1º - O Fundo de Assistência Parlamentar - UNALE, será constituído pela contribuição voluntária de cada parlamentar associado, no valor de um dia de salário, assim considerado subsídio fixo mais variável, descontado, antecipadamente, em folha de pagamento, com o objetivo de indenizar e na forma desta resolução, o(s) beneficiário(s) do referido Fundo.

Parágrafo Único - O prazo para a adesão dos associados será de 60 (sessenta) dias, improrrogáveis, da entrada em vigor desta resolução.

Art. 2º - O valor do FAP-UNALE a ser pago, será o equivalente ao total arrecadado a cada chamada, sendo este valor de pleno conhecimento dos associados, antecipadamente.

Parágrafo Único - O pagamento do auxílio será feito no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a entrega dos documentos comprobatórios do obtido e do beneficiário.

Art. 3º - Só terá direito a receber o auxílio FAP-UNALE, o(s) beneficiário(s) indicado(s) pelo parlamentar associado, detentor do mandato de deputado estadual e, em dia com a contribuição, bem como a sua respectiva Assembleia.

Art. 4º - A cada falecimento haverá uma nova chamada para contribuição, recompondo-se o Fundo de Assistência Parlamentar - UNALE, sendo o seu valor arrecadado a referência para a próxima indenização.

Parágrafo Único - Caso haja mais de um falecimento antes da recomposição do fundo serão feitas tantas chamadas quantas forem o número de falecimento.

Art. 5º - Cada parlamentar deverá indicar, no momento da adesão ao fundo, o(s) beneficiário(a)(s) do auxílio.

Parágrafo Único - Caso não seja indicado, o pagamento da indenização obedecerá o disposto no Código Civil relativamente ao direito de sucessão.

Art. 6º - A ausência de manifestação no período estabelecido no Parágrafo Único do Artigo 1º desta resolução, implicará na desistência de todo e qualquer direito relativo aos fins descritos acima.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 8º - Esta resolução passa a vigorar a partir de 1º de fevereiro de 1997.

Brasília, 05 de dezembro de 1996.

#### TERMO DE ADESÃO

Por este instrumento o infra assinado detentor do mandato de Deputado Estadual no Estado, declara que adere, para todos os efeitos legais, ao FUNDO DE ASSISTÊNCIA PARLAMENTAR, administrado pela União Nacional dos Legislativos Estaduais-UNALE, e autoriza o desconto em folha de pagamento do valor de 1/30 (um trinta avos) de seus vencimentos, sempre que for solicitado pela entidade para a recomposição.

Outrossim, requer que o primeiro desconto seja feito

no mês de fevereiro de 1997.

Cidade, de 1997.

Assinatura do declarante"

Portanto, 1º de fevereiro de 1997, sessenta dias após, improrrogáveis, 1º de abril de 1997. Estamos, portanto, chamando os Senhores Deputados para firmarem o termo de adesão que estamos elaborando o impresso, e estamos marcando o dia 31 de março em nosso gabinete parlamentar das 9:00 da manhã ao meio-dia para recebermos de cada um dos Senhores Parlamentares a sua adesão ao Fundo de Assistência Parlamentar - FAP-UNALE, que é aquele Fundo que indeniza as viúvas, os filhos de Parlamentares que morrem durante o exercício do mandato do Parlamentar. Sempre fomos cobrados a esse respeito e hoje estamos aqui prestando os necessários esclarecimentos, não precisaríamos talvez nem vir aqui, porque estamos encaminhando por escrito a cada gabinete, mas faço também o registro desse Plenário, para que todos possam tomar conhecimento, tomar ciência e até segunda-feira nós todos firmarmos esse termo de adesão para que todos nós possamos estar protegidos, e muito mais do que nossos dependentes e beneficiários estarem protegidos no caso de um nós. Ou de qualquer outro Parlamentar vir a falecer no exercício de seu mandato. Era esse o esclarecimento que queria fazer já que designado pelo Presidente Anibal Khury fomos a Belém do Pará no ano passado, fomos eleitos como diretor adjunto para Região Sul e hoje estamos acompanhando de perto a implementação da nova entidade nacional, do nosso Sindicato vamos dizer, que é a União Nacional dos Legislativos Estaduais. Também nos próximos dias farei chegar às mãos de cada um dos Srs. Deputados, daqueles que firmarem evidentemente o termo de adesão estaremos enviando a cada um o estatuto da União Nacional dos Legislativos Estaduais.

Era isso, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Horário das Lideranças:

PL com a palavra. Declina.

PT Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estou protocolando requerimento na Mesa Diretiva com a intenção de convocar a todos os vereadores através das suas Câmaras Municipais do Estado do Paraná. Bem como, os Senhores Prefeitos, para que gestionem junto aos agentes financeiros e seus municípios ou do município próximo se for uma cidade pequena, no sentido de que tanto o Banco do Brasil como o BANESTADO, que são repassadores do recurso do PRONAF; do PRONAF nas suas duas modalidades, custeio e investimento. Esses recursos que são oriundos do Programa Nacional de Amparo à Agricultura Familiar, que é um recurso destinado pelo BNDES e os repassadores no Paraná credenciados são BANESTADO e Banco do Brasil.

Até poucos dias o PRONAF investimentos só era repassado pelo BANESTADO, com bastante dificuldade digase de passagem.

Então estamos mudando um pouquinho a estratégia, qual é o raciocínio que aplicamos aqui, especialmente o Deputado Toti Colaço que é um dos militantes do municipalismo. Estamos às portas de ser votado no Congresso Nacional o fundo de Estabilização Fiscal, que anteriormente era chamado de Fundo Social de Emergência, que retirou de todos os municípios do Brasil pelo menos 20% da sua arrecadação, tanto do retorno do ICMS do Estado, somado ao Fundo de Participação dos municípios.

Então os municípios do Paraná e do Brasil tiveram 20% a menos de arrecadação. Ao mesmo tempo que 95 e 96 foi um período de crise na agricultura. Então esses recursos e a crise da agricultura atingem em cheio a economia dos pequenos municípios. Ao passo que nós os Prefeitos, os Vereadores estamos pedindo aos nossos Deputados Federais, aos nossos Senadores, para que votem contra a renovação FEF - Fundo de Estabilização Fiscal.

Temos também paralelo a isso a oportunidade de lutar, pressionarmos os agentes financeiros e o Governo Fe-

deral para que liberem os recursos do PRONAF, que está aí, os 350 milhões pelo menos de investimento. Mas para que o ano que vem essa luta seja ampliada, para que os recursos PRONAF, passe a casa de um bilhão de reais. É um recurso bom, um excelente recurso, relativamente barato considerando as condições dos juros do Brasil hoje, que na verdade, é uma forma dos municípios ter fácil. Aporte de recursos para viabilizar a Agricultura Familiar, que por sua vez vai dinamizar o comércio e a Indústria se acaso houverem. Então os municípios ficam muitas vezes correndo as pastas Estaduais e Federais atrás de pequenos projetos, de ambulância, de reforma de escola, etc., e têm a oportunidade de junto com os agricultores organizados pressionarem a vinda de recurso fácil.

Cinco mil reais, dez mil reais, até quinze mil reais para que o agricultor compre lá uma ordenhadeira, amplie a sua estabulação, conserte o seu trator, faça a correção do seu solo agrícola. Enfim, a oportunidade de a gente ver a agricultura com fôlego a mais.

Estamos passando por um momento de recuperação, mas precisa cada vez mais esse investimento. Então os Prefeitos são convidados a participar dessa frente de pressão, os Vereadores do Paraná, estão sendo provocados para participarem dessa pressão, que é o recurso que vem com mais facilidade e um volume maior, do que ficar correndo atrás de pequenos projetos para os seus municípios.

Tem o aparte o Deputado Augustinho Zucchi.

**O Sr. Augustinho Zucchi - Deputado Colombo, apenas** gostaria de fazer uma pergunta. Essa reivindicação que V. Exa. propõe, seria para aporte de recursos através de sistema tradicional, ou seja, para as Instituições Bancárias, da mesma forma que está sendo feito?

**O SR. IRINEU COLOMBO - Sim.** O que estamos provocando os Srs. Prefeitos é que eles estão alheios a este programa, que é um programa bom. Então que eles auxiliem aos agricultores a prepararem o projeto, se não tem estrutura ali que auxilie, que pressione junto as agências financeiras, pressione junto ao Governo Federal para que no ano que vem tenhamos mais recursos, que a previsão é de que tenhamos mais de um milhão de reais, então no PRONAF. Bem eles podem se mobilizar para que através dos agentes financeiros e dos agricultores, auxiliando os agricultores, nisso eles têm aporte de capitais, aos agricultores, apenas como ente para auxiliá-los. Agora convém lembrar que é isso onde V. Exa. quer chegar, e logo lhe devolvo o aparte, é a questão de ampliar para as Cooperativas de Créditos, a concessão também do recurso PRONAF. Acho que aí seria interessante, até se V. Exa. pudesse reproduzir um requerimento nestes termos, para que possamos provocar as nossas autoridades municipais.

**O Sr. Augustinho Zucchi (Aparte) - Deputado Colombo a** minha preocupação não é só com o aporte de recursos. Aliás, estamos vendo aí que mesmo com o recurso relativamente, a disposição aí nas agências, nas instituições financeiras, do nosso Estado e de outros Estados da Federação, o grande problema disso tudo é operacionalizar este crédito. Não tem como imaginarmos que o agricultor vai ter este benefício se continuar os mesmos critérios. Tirar os itens financiáveis, quem fez a securitização, não conta com a boa vontade do banco para fazer o financiamento. Há na verdade uma dificuldade de o agricultor obter este crédito. Acho que além da pressão e da mobilização, que tenhamos uma continuidade maior de recursos alocados para o Programa de Apoio à Agricultura Familiar, o fundamental é que se mude a filosofia da destinação do recurso. Não especificamente, dos itens financiáveis, mas da forma como se está fazendo, é impossível este Programa andar se continuar a operação do jeito que está sendo feita, quer dizer: o nosso agricultor não está tendo a possibilidade de obter este recurso nas agências dos bancos que estão credenciadas. Além de colocar para as Cooperativas, acho que tem que ter a boa vontade, do Governo Federal de fazer esse recurso chegar ao agricultor. Agora se continuar aquela história de que quem tem cadastro, saldo médio, alías quem tem saldo médio não precisa de dinheiro emprestado.

**O SR. IRINEU COLOMBO - Quem tem cadastro, também.**

**O Sr. Augustinho Zucchi (Aparte) - E uma dificuldade** que estamos verificando, no interior do Estado. Então acho que a pressão, a reivindicação, a exigência que temos que fazer ao Governo Federal, é que determine a vontade política de atender os pequenos produtores rurais. Aliás, que em toda a história do Brasil foi a que menos deixou de pagar as agências bancárias. O Índice de inadimplência, dos pequenos produtores rurais é infinitamente menor a dos grandes produtores, isso em recursos e quantidade, em numerário. Então acho que é válida a preocupação de V. Exa. que tem o nosso apoio, mas não vamos perder de vista a forma que está sendo personalizado este programa. Precisa ter vontade política para que este programa aconteça, se não vamos ficar olhando alguns poucos agricultores obter estes recursos. Poderíamos ter no Paraná cerca de 40, 50 mil financiamentos com certeza absoluta. Não vamos chegar a 5 mil, da forma que está sendo feito, quer dizer: Precisamos pressionar para que tenhamos a vontade de repassar este recurso, tanto pelo Governo Federal, como também pela agência, pelo Banco do Estado do Paraná. Precisamos que o Banco do Estado do Paraná também, tenha entendimento com o BNDS, porque toda a carga ficou para os Estados. Porque todo o risco da operação ficou para o Estado, que através da criação daquele fundo que dá possibilidade de uma garantia no caso de frustração de safra ou no caso de uma frustração de renda do agricultor, mas que tenhamos este programa funcionando a todo vapor. Acho que junto com esta reivindicação de V. Exa. é possível se colocar com a mesma ênfase, esta reivindicação e esta exigência de que o programa flua normalmente e tenhamos atendidos os nossos produtores. Obrigado e parabéns a V. Exa., por mais uma vez estar preocupado, com este programa que é importante para a nossa agricultura.

**O Sr. Toti Colaço (Aparte) - Deputado Colombo, V. Exa.** aborda dois assuntos da mais alta importância para o pequeno agricultor e para os pequenos municípios, ou para todos os municípios do Estado do Paraná e do nosso País. Primeiro V. Exa. traz mais uma vez o problema do PRONAF que está aí sem ser utilizado devidamente dentro do Estado do Paraná. Recebi no final da semana passada um expediente que me veio da diretoria do Banco, e devo trazer amanhã ao conhecimento de V. Exa., da Casa, para que tomemos conhecimento o quanto e tão pouco que foi utilizado dos recursos vindos através do PRONAF em termos de Paraná. É uma coisa até triste demais e chocante.

E o segundo assunto que V. Exa. traz aí é a respeito do fundo de estabilização fiscal. Eu, na semana passada, procurei entrar em contato com o Presidente da Associação dos municípios do Paraná, o Prefeito José do Carmo, e falei com ele demoradamente por telefone e estamos tentando marcar para logo após a páscoa, em razão que esta semana é uma semana meio curta, um grande encontro com os Prefeitos, os presidentes das microrregiões, o Bloco Municipalista, com esta Casa, enfim, se não fizermos um movimento através da Assembléia Legislativa, juntamente com os Prefeitos, automaticamente o Governo Federal vai prorrogar esse prazo, e os municípios, conforme V. Exa. acabou de relatar, vão continuar perdendo uma soma do fundo de participação, assustadora para os próximos anos.

Cumprimento V. Exa. pelo assunto e conto com o vosso apoio, Excelência.

**O SR. IRINEU COLOMBO - Deputado Toti Colaço, até como** forma de contribuir com a vossa atuação no municipalismo, acho que poderíamos até ter como agenda para a semana que vem, esse debate do fundo de securitização fiscal, que os municípios estão pegando firme e não podemos ficar alheios a essa questão. Mas a par disso, que discuto o fundo de securitização fiscal, a falta de recursos aos municípios que estão recebendo uma carga de atribuição cada vez maior. Vejo que nessa hora os Prefeitos e Vereadores também podem contribuir conosco, que somos militantes da agricultura, Deputado Augustinho Zucchi, Deputado Orlando Pessuti, os componentes, os membros da Comissão de Agricultura e do Bloco Agropecuario, no sentido de ajudar, pressionarmos o Banco do Estado, o Banco do Brasil,



para que parem com esses obstáculos operacionais. Para que também o Governo do Estado - e aí gostaria até de fazer uma sugestão ao Líder do Governo, o Deputado Valdir Rossoni, para que também o Governador Jaime Lerner, que aventou a possibilidade diante dessa inadimplência histórica baixa de 1,8% para os pequenos agricultores, que varia em média até 2,5% num período de crise. Que o Estado do Paraná pudesse arcar ao estilo do "Panela-Cheia", com ônus do Tesouro, no Fundo de Aval, diria, para que chegasse ao máximo de 5% (cinco por cento), a inadimplência de até 5% o governo garantiria. Com isso, os agentes financeiros, o BANESTADO, sobretudo, poderiam quebrar alguns obstáculos. Porque teriam a garantia do Tesouro Estadual, de 5% (cinco por cento), com certeza, 5% se o governo tivesse que pagar por conta das inadimplências, se fosse 5% retornaria brevemente com o incremento da indústria, do comércio, o retorno do ICMS. Então esse cálculo é fácil de fazer, não tem dificuldade.

Então é nesse sentido que coloco a dificuldade dos municípios, e temos a chance de brigarmos juntos com os Prefeitos e Vereadores do Paraná, para que o PRONAF realmente venha a entrar nos municípios pequenos através dos nossos pequenos agricultores.

Muito obrigado pela tolerância, Presidente Zuk!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Horário das Lideranças.

PTB, PFL, PMDB (Todos Declinam).

Concedo a palavra ao Deputado Ângelo Vanhoni do PT, ocupando a Liderança cedida pelo Líder Orlando Pessuti.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Boa tarde, Deputado Irineu Colombo, nosso querido amigo que veio falar do PRONAF do Banco do Estado do Paraná.

Senhor Presidente, Srs. Deputados, tivemos uma reunião secreta aqui, na quinta-feira passada. Que durou das 12:30 hrs. mais ou menos até às 19:00 hrs. Nessa reunião secreta me permitam, mas vou falar do que foi essa reunião secreta. Porque não há nenhum caso de sigilo bancário nessa reunião secreta e é bom que a imprensa saiba do que foi tratado aqui nessa reunião de quinta-feira. Porque a versão que o Deputado Valdir Rossoni tem, não é a mesma que tenho e por isso acho que o debate precisa dar uma certa continuidade.

Foram duas questões tratadas: uma da compra de títulos pela BANESTADO Corretora que foi a maior compradora de títulos públicos do país, junto com o BRADESCO, que é objeto de análise pelo Senado Federal da República. Pois bem, foi feita uma pergunta para os técnicos do Banco do Estado, porque uma das argumentações do Banco do Estado é que a imprensa registre isso, é dizer o seguinte: que "eu", como Banco do Estado, no meu Fundo de Liquidez, preciso ter títulos num percentual de 10%, então quer dizer que o Banco do Estado é obrigado a comprar títulos públicos por causa da norma do Banco Central.

Foi feita a seguinte pergunta, Deputado Luiz Carlos Zuk e V.Exa. estava na sessão e pode confirmar. A Corretora do Banco do Estado tem condições de provar que naquele dia, 19 de junho de 96 - infelizmente o dia do meu aniversário a BANESTADO Corretora ou o Banco do Estado do Paraná estava obrigado, do ponto de vista das normas do Banco Central, a adquirir títulos naquele dia, a sua Carteira poderia esperar mais 2, mais 3, mais 5, mais um mês, ou não podia esperar? Tinha que comprar no dia 19. Sabem por que, Senhores Deputados? Porque no dia 19, o título público saiu com preço "x" na emissão e terminou no final do dia. O Banco do Estado comprando com um valor muito mais alto e quem ficou com o lucro desta operação, não foram empresas do mercado. Foram empresas - e está comprovado no Senado Federal - de "fachada", são fantasmas, são empresas que não devem ter credibilidade, aliás, foram liquidadas pelo Banco Central. Por isso há uma suspeita de que essa operação tenha sido uma operação de, no seu vício de origem, marcada pela irregularidade. Porque, Deputado Accorsi, se a Corretora Split, que vendeu para o Banco do Estado, no final do dia um montante de títulos na ordem de 120 milhões, se o BANESTADO no final do dia não comprasse, toda essa cadeia de operações seria desmontada,

porque a Corretora Split é como se fosse eu, Ângelo Vanhoni. Não tenho um tostão furado, vou à Corretora e dou um lance para comprar 120 milhões em títulos, só porque eu sei que o Deputado Tavares vai comprar dali a dez minutos, por 128, porque se eu não tenho essa certeza, não posso comprar, porque não tenho dinheiro. Então essas empresas fantasmas não tinham condições de operar na Bolsa, no mercado, porque elas não tinham caixa. Nenhuma delas. É comprovado, tinha cinco milhões em caixa, para comprar em títulos públicos. A Corretora do Banco do Estado comprou exatamente dessas corretoras. Então há uma suspeita de irregularidade muito grave, de que a Corretora do BANESTADO, a direção do Banco do Estado estivesse mancomunada nessa ciranda financeira de deságio, de evasão de divisas e por cima, até de lavagem de dinheiro público. Utilizando o Banco Del Paraná, as agências do BAMERINDUS em Foz do Iguaçu e Ponta Porã e outras empresas na área financeira. Esta foi uma questão que foi debatida e a direção do Banco do Estado não provou que no dia 19 de junho ela era obrigada a comprar títulos. Sabem qual foi a resposta do Sr. Carlos Valente? - E aí alguém aqui que me corrija - a resposta foi a seguinte: "Não, veja bem, Deputado, Estávamos tentando há muito tempo comprar títulos públicos. Então a gente vinha fazendo uma reserva há muito tempo. Aí quando apareceu a oportunidade a gente comprou. Primeiro que vocês têm que provar dizendo que vocês eram obrigados a comprar. E agora vem dizer que estavam fazendo uma reserva de 274 milhões para comprar títulos do Estado de Alagoas, Pernambuco e da Prefeitura de Osasco e de Guarulhos! A Corretora é a segunda maior empresa do mercado! Será que uma empresa dessa não tem a capacidade de saber o que estava acontecendo com esses títulos no mercado no mesmo dia? Ora, desculpem-me, Srs. Deputados, mas não está esclarecida a situação do Banco do Estado. É preciso investigar, é preciso esclarecer questões que não estão muito bem claras. E precisamos disso, o povo do Paraná precisa disso. Não podemos permitir que fique uma dúvida muito grande sobre o que possa ser o maior escândalo financeiro do Estado do Paraná! São 274 milhões na BANESTADO Corretora e 300 milhões da BANESTADO Leasing. Os Senhores sabiam de que em relação à Leasing, o dinheiro que a Leasing emitiu e vendeu de debêntures, quase 200 milhões de reais não foram utilizados na Leasing de uma maneira irregular. Os Senhores sabiam que esse dinheiro foi mandado para o Banco do Estado do Paraná de uma maneira irregular? Nenhum Deputado fez essa pergunta, aqui. Por quê? Porque não sabia disso. Mas essa é uma informação nova que precisa ser checada. Quem se apropriou do dinheiro da BANESTADO Leasing? Foi a própria Leasing como manda a lei ou foi o Banco do Estado? Se foi o Banco do Estado foi aplicado a onde esse dinheiro? Passou esse dinheiro para a Corretora? Esse dinheiro tem a ver com a compra de títulos públicos?

São questões que precisamos ter esclarecidas. É a pergunta que a população faz. Mas vamos deixar de lado essa questão dos esclarecimentos dos títulos públicos. Vamos esclarecer aquilo que não foi esclarecido, aqui, na reunião de 5ª-feira, passada.

O que a Leasing fez, aqui, trouxe 10 contratos, sendo que dos 10 contratos analisados, tinha um contrato de 4 milhões de reais onde que o beneficiário desse contrato era um escritório do Sr. Joaquim dos Santos Filho - pai do ex-Presidente Dr. Osvaldo dos Santos filho. E que foi mudado o endereço do contrato para uma outra localidade e que pedimos para dois Deputados irem lá, com o Sr. Harley, e foi impedido de ir, porque foi claro que aqueles endereços eram falsos, não existiam e que aquela empresa não existia, na realidade. Em Curitiba, e que ela tinha feito um empréstimo inadimplente e que, por sua vez, também, estava inadimplente. Será que isso não é suficiente para que esta Assembleia não se pergunte só este fato. Não se pergunte, não se indigne sobre o que está acontecendo na BANESTADO Leasing? Há uns cem números de informações de irregularidades acontecendo naquela empresa! Será que somente esse não era motivo para essa Assembleia Legislativa deflagrar um processo de investigação naquela empresa do Banco do Estado do Paraná? O que mais precisa para convencer os Srs. Deputados, que alguém vá lá com uma arma na mão, roube o dinheiro e vá embora!

Mas, Srs. Deputados, mas aí já não é mais o caso da Assembléia Legislativa investigar. Aí a polícia pode fazer isso, é aparelhada para isso. Tem o Batalhão da PM; tem a P2 da PC e da PM. Pergunto-me quando constatamos uma irregularidade grave, como concessão de empréstimos por Órgão Público do governo, comprovadamente através dos contratos que tinham Parecer da Agência.

Deputado Zucchi, queria ver se o senhor fosse dono da empresa e o seu subgerente fizesse o seguinte: Ah! Essa empresa veio para emprestar, indeferido, porque não tem capacidade de pagar. Aí chegou no seu gerente que não tem nada a ver com a agência, o gerente mandou pagar, fez o empréstimo, e daí essa empresa não pagou o empréstimo, o que o senhor iria fazer? Tenho certeza, Deputado Zucchi, que na sua empresa o senhor ia chamar o gerente que autorizou aquele empréstimo irresponsável, que causou prejuízo para sua empresa, ia passar o processo de investigação sobre o que estava acontecendo com aquele seu funcionário, e de duas uma: o senhor mandava ele para a cadeia porque estava agindo irregularmente ou o demitia, ou o senhor iria demitir os funcionários da agência que estavam na realidade negando empréstimos, para uma empresa que, na verdade poderia pagar, e tinha que ser emprestado.

Agora, isso está acontecendo com a coisa pública, e eu me pergunto: o que precisa para a gente deflagrar uma CPI, senhores Deputados. Quero dizer ainda mais. Que recebi do PRODASEN do Senado Federal, uma extensa relação, Sr. Presidente, que está em minhas mãos e amanhã, quero até noticiar, nosso Partido, Partido dos Trabalhadores vai insistir com a CPI, até esta situação ficar esclarecida para opinião pública.

E, não somos daqueles que achamos que o governador é responsável, somos daqueles que achamos que o Governador tem por obrigação mandar averiguar o que está acontecendo no Banco do Estado do Paraná. O Banco do Estado como ficou provado pela arguição do Deputado José Maria Ferreira, é um Banco que economicamente está muito complicado, apresentando doze milhões de faturamento no ano de 96, no 2º semestre. Que teve prejuízo a Leasing de mais de 70 milhões, que o Banco teve que integralizar.

Por isso, é obrigação do Governador apurar o que está acontecendo no Banco do Estado.

E recebi, Deputado Alborghetti, uma relação de 23 páginas, dos telefonemas, da hora, do dia e do quanto durou os telefonemas do Senhor Fausto Solano Pereira, dono da BOASAFRA para o Estado do Paraná.

Os Senhores assistiram uma cena dantesca, ridícula. A 1ª pergunta que fiz, e é bom que os jornalistas saibam disso, fui o primeiro a perguntar, e perguntei a diretoria do Banco todo e aos Secretários, se tinha alguém que conhecia o Senhor Fausto Solano Pereira, e disse quem é o Fausto Solano Pereira, um homem profundamente comprometido com o esquema de lavagem de dinheiro, de irregularidades, de vários crimes apontados no Senado Federal. Somente um Diretor do Banco do Estado, levantou-se de lá e disse assim: eu conheço. E foi na tribuna e disse: eu, Senhor Alfredo Sadi Prestes estive com o Senhor Solano em 94, em novembro, quando foram para discutir a venda das ações da COPEL, este homem já estava interessado na venda das ações da COPEL no final de 94, junto com o Governador Mário Pereira. Depois disso, um silêncio mortal no Plenário. E aí continuou os debates.

A minha última pergunta foi a seguinte, Deputado Zucchi, lembra-se disso, falei, falei, falei e disse: como a mentira tem perna curta e eu como funcionário do Banco do Estado estou envergonhado porque tenho que vir aqui à tribuna da Assembléia Legislativa. Tenho que vir aqui desmascarar os meus colegas de trabalho do Banco do Estado do Paraná, que no meu entendimento estão no mínimo sendo desonestos com a própria Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Aí comecei a ler os telefonemas que o Fausto Solano deu de algumas personalidades, entre elas, a diretoria do Banco do Estado. O Fausto telefonou nos últimos seis meses para todos os diretores do Banco do Estado, mais de uma vez, para todos.

Aí vejam só Senhores Deputados. E nós assistimos isso, Alborghetti. O Presidente do Banco do Estado, Murta, meio assim daquele jeitão dele. - É Deputado, o Senhor me

desculpe, mas tinha me esquecido, eu realmente participei de um coquetel junto com o Senhor Fausto Solano, lá no Rio de Janeiro, aí veio outro na tribuna e disse assim: É, eu agora me lembrei que participei com ele também do bate-papo e tal, e tal, e tal.

Aí veio o outro, no final das contas, este fato, Srs. Deputados, pelo que significa a presença deste homem nos órgãos do Governo do Paraná, este simples fato, já é mais do que suficiente para que cada um de nós decida pela instalação de uma CPI, para investigar as irregularidades que estão acontecendo lá no Banco do Estado.

O SR. HORÁCIO RODRIGUES - Deputado Ângelo Vanhoni. Gostaria de ter uma cópia deste pedido de CPI, já que estou tentando me atualizar como Deputado, e faço questão absoluta de declinar que eu ainda não tomei uma decisão.

Posso assinar uma CPI ou não!

Só não assino sob denúncias do Senador "sub júdice", Roberto Requião.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Deputado, só para esclarecer: Nós do PT, estamos abertos para discutir, Sr. Presidente, quem vai ser o Presidente desta CPI e quem vai ser o Relator. O que queremos é que as irregularidades, se houverem - e há indícios que há - no BANESTADO Corretora de Valores e da BANESTADO Leasing, que a gente possa investigar, e se tiver responsáveis por isso, chegar a uma punição dos funcionários responsáveis.

Somente isso, muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - PSDB, Liderança do Governo (todos declinam) PFL, ilustre Deputado Élio Rusch.

O SR. ÉLIO RUSCH - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos o espaço da Liderança do PFL, apenas para registrar na Sessão de hoje dois acontecimentos ocorridos no final de semana na Região Oeste do nosso Estado.

Na sexta-feira, última, passada, na Cidade de Santa Helena, presenciamos a inauguração do Posto do DETRAN daquela cidade, estavam presentes, além do Secretário de Segurança, o Cadinho e os Deputados Sâmis da Silva, Duffio Genari e Sérgio Spada.

Na verdade, Santa Helena é um município jurisdicionado, a Ciretran de Marechal Cândido Rondon. O posto do Detran funcionava numa sala pequena e com todas as dificuldades para atender a população. E agora o Governador Jaime Lerner, através da Secretaria de Segurança Pública, através do Detran, construíram uma moderna, ou melhor dizendo, um moderno Posto do Detran naquela cidade com mais de cem metros quadrados de construção, amplo espaço para atender aquela população. Naquele momento, na inauguração, nós não tivemos a oportunidade de expressar àquela comunidade o trabalho que nós havíamos desenvolvido, junto com outros Deputados, para que isso se tornasse realidade.

O façamos neste momento e neste instante para que fique registrado nos Anais da Assembléia Legislativa e mais especificamente nesta Sessão.

E o nosso agradecimento para o Secretário da Segurança Pública, ao ex-Diretor do Detran o Marcos Isfer, o atual Chefe do Detran do Estado do Paraná, o César ex-Prefeito da Cidade de Guarapuava, pela atenção que deram à nossa Região, mais especificamente ao Município de Santa Helena.

No mesmo dia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Senhora Deputada, nós também acompanhamos diversos Deputados na Cidade de Santa Helena, o Secretário do Trabalho Joni Varisco que tem feito a entrega de alguns recursos para uma dezena de municípios da nossa Região, em relação ao Programa Frente de Trabalho. Estes recursos, na verdade, ainda são a origem de convênios assinados no ano de 1996 e os municípios que receberam estes benefícios se devem também aos ex-administradores municipais e também pela comunidade que tem incentivado esta campanha e este programa, mas foi feliz o Deputado e atual Secretário de Estado Joni Varisco pela solidariedade que tem realizado na

Cidade de Palotina, também estava acompanhando naquele momento o Deputado Duílio Genari, Deputado Edgard Bueno, e o representante do Deputado Beto Richa, seu Chefe de Gabinete, e acompanhamos e prestigiemos este acontecimento. São programas desta natureza que vem exatamente de encontro aos desejos e anseios da nossa população e o Secretário Jôni tem dito que este trabalho será uma constante e a continuidade haverá de acontecer durante estes 2 anos em que o Governador Jaime Lerner administra o nosso Estado. Este seria o registro, Senhor Presidente e Srs. Deputados, que nós gostaríamos de fazer em homenagem a estes dois Secretários, o Secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná, o Candinho, e o Secretário do Trabalho Jôni Varisco. Muito obrigado.

**O Sr. Péricles de Mello (Pela Ordem)** - Senhor Presidente, na condição ainda de Presidente da Comissão de Educação da Assembléia quero fazer uma referência a professores, dirigentes sindicais e líderes da comunidade acadêmica do Paraná que estão presentes na Assembléia manifestando o seu apoio aos professores e estudantes que se encontram acampados aqui na frente do Palácio aguardando o projeto a promessa do governo de regulamentação do Plano de Carreira dos professores e funcionários. Estes amigos e companheiros trouxeram a mim o seguinte documento: (conforme xerox em anexo).

Nós esperamos, Senhor Presidente, e tivemos uma notícia que hoje às 17:00 horas o Secretário Giovani Geonédis está prometendo entregar aqui na Assembléia Legislativa, na sala da Presidência, os projetos de regulamentação do Plano de Carreira dos Professores e Funcionários e esperamos que esta promessa seja cumprida hoje e estaremos lá na condição de Presidente da Comissão de Educação da Assembléia. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)** - Perfeitamente registrada e endossada pela Mesa Executiva, que em contato há poucos minutos atrás com o Chefe da Casa Civil e ele nos afirmava que irá remeter a esta Casa até o final da tarde na sala da Presidência as duas Mensagens, compromisso este de governo assumido pelo Governador e que será cumprido e fiscalizado por nós todos desta Casa.

**O Sr. Luiz Cláudio Romanelli (Pela Ordem)** - Eu só queria fazer em primeiro lugar um apelo ao Deputado Angelo Vanhoni por duas razões. A primeira que ele possa fornecer a todos os membros desta Casa um documento que lhe foi enviado que contém efetivamente a cadeia de operações que foram realizadas, desde o banco Votor até chegar na corretora do Banco do Estado. O segundo é que quando ele for à tribuna ele não queira fazer igual faz o Deputado Alborghetti, que é uma marca autêntica do Deputado Alborghetti. E queria registrar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma pesquisa de intenção de voto, se as eleições fossem hoje, que foi realizada pelo Deputado Carlos Simões, no seu programa, que registre os seguintes itens: Roberto Requião, 37,5%; Jaime Lerner, 23%; Álvaro Dias, 19%; outros ou nenhum, 11%; candidato do PT, 5,5%; Zé Eduardo, 4%, e fecha 100%. Acho que são dados que devem ficar registrados aqui nos anais desta Casa.

(xerox)

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Brasília 24.03.97

OF. nº 104/97

Da: Presidência

Para: Companheiros (as) da ASSUEL, SINDIPROL e ADUEL

Companheiros(as).

A diretoria da ANDES - Sindicato Nacional, sensibilizada com a atitude dessas entidades no enfrentamento com o Governo Estadual do Paraná, na luta dos trabalhadores em educação das Universidades Estaduais, na manutenção e ampliação da autonomia universitária e por uma carreira digna, vem manifestar o seu mais veemente apoio ao movimento que aí se desencadeia.

Entendemos que essa posição do Governo Estadual

está alicerçada nos ideais do Governo FHC de Reformas do Estado, que está atingindo, também as esferas estaduais e municipais.

A ANDES-SN se coloca ao lado dessas manifestações através da Regional Sul.

Todos à luta por uma Universidade melhor, por um salário digno, por melhores condições de trabalho, por uma Universidade Pública, Gratuita, Autônoma e de Qualidade.

Sem mais para o momento, enviamos nossas cordiais.

Saudações Sindicais e Universitárias

Profª Maria Cristina de Moraes

Presidente

Ensino Público e Gratuito; Direito de Todos, dever do Estado

**O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)** - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Walmor Trentini, na qualidade de líder do PDT, constante do expediente, indicando o nome do Sr. Deputado como Membro para compor a Comissão do MERCOSUL nesta Casa. **À Diretoria Legislativa, para atuar.**

Projeto de resolução de autoria dos Srs. Deputados José Tavares, Ricardo Chab, Eduardo Trevisan demais Srs. Deputados, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projetos de lei, em nº de 04 (quatro) de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Eduardo Trevisan, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Élio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

ITEM 01

**REDAÇÃO FINAL** - do Projeto de Lei nº 401/95 concede o título de Cidadã Benemerita do Paraná, a Senhora Emília de Salles Belinatti. **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 401/95**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadã Benemerita do Paraná à Senhora Emília de Salles Belinatti.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20.03.97

(aa) CEZAR SELEME - Presidente;

WALMOR TRENTINI - Relator.

ITEM 02

**2ª DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei nº 263/95, de autoria do Deputado Antônio Belinati, que dispõe sobre a concessão de

gratificação a servidores que se ocupem de atividades de pesquisa. **PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F..**

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 263/95.

#### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 408/95, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo, implantar campanhas sobre Educação Sexual, nos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus do Estado do Paraná. **PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.C.E.. Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sobre a mesa, requerimento nº 447, de autoria do Sr. Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 458, 459 e 460, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 461, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 462, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. Em discussão.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 463, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, com apoioamento dos Srs. Deputados Antonio Annibelli e Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 464, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 465, de autoria do Sr. Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 466, 467, 468 e 469, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 470 e 471, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 330, de autoria dos Srs. Deputados Péricles de Mello, Ângelo Vanhoni, Emerson Nerone e demais Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, gostaria que Vossa Excelência determinasse a leitura do inteiro teor do Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Martins) - o Sr. 2º Secretário fará a leitura do Requerimento.

O SR. 2º SECRETÁRIO - (Luiz Carlos Alborghetti) - Lê o Requerimento.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (Pela Ordem) - Queria fazer um apelo à Liderança do Governo porque o senhor Ingo Uber quando esteve aqui a chamado do líder do Governo nos prometeu que poderia repassar esses documentos aos Deputados interessados. Esse Requerimento nada mais é do que uma forma oficial e formal de buscar esses documentos junto à própria diretoria da COPEL. Então faço um apelo ao Deputado Líder do Governo para que nós aproveemos o Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Senhores Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-

se. Oito Srs. Deputados aprovam. Os Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se. **Rejeitado o Requerimento.**

O SR. EMERSON NERONE (Pela Ordem) - Senhor Presidente, acho que depois que o Paraná ficou sabendo que o senhor Solano telefonou e tem negócio com o Senhor Mário Celso Petraglia, isso está na relação dos telefonemas, parece que vai ficar cada vez mais difícil qualquer informação que venha daquele grupo chamado Inepar, o grupo financiador do Governador Jayme Lerner e provavelmente de muita gente ligado a ele. Então, Talvez seja essa explicação dessa votação contrária da Bancada, a não ser que a gente tenha muito engano, tem coisa muito séria acontecendo no Paraná, e o fato do Senhor Mário Celso Petraglia ter recebido telefonema do Senhor Solano, ter negócios com ele dá nos entender que esse Requerimento também passa por aí um grande apanhado de, recebeu Deputado Romanelli, o Senhor Mário Celso Petraglia, dono da Inepar.

O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem) - Pediria à Mesa para providenciar a cópia dos telefonemas recebidos, porque ficam comentando, e aqui nós, a maioria, 99% dos Deputados, eu gostaria que a Mesa providenciasse para a gente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Queria que V.Exa., o ilustre Deputado Vanhoni está mostrando a lista, e pedisse a ele uma cópia para entregar a seus colegas. Não tenho realmente a condição pela qual a Mesa foi solicitada, essa sua solicitação, mas acredito que num espírito democrático do Deputado Vanhoni, ele entregará a cópia a V.Exa..

O SR. HORÁCIO RODRIGUES (Pela Ordem) - Muito obrigado, Presidente. Apenas para dizer que eu votei a favor do Requerimento, porque acredito que tudo tem que ser aberto, pelo menos a nível de Assembleia. A gente vê dizer que esse telefonou para aquele, vê o Senhor Requião dando carona para o Senhor Wagner - não sei quem é que está com a razão, mas nós vamos saber já já.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Se V.Exa. me permitisse eu queria fazer um comunicado à Casa, que eu fiz uma representação, junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná e amanhã às 14:00 hs., depois de ter sido relatado pelo Dr. João Cândido da Cunha Pereira, que é o Corregedor do Tribunal, a minha representação favorável à suspensão do contrato que foi feito sem licitação entre a COPEL e a INEPAR, amanhã, ao final das contas, depois de ter sido pedido vistas, àquela "Corte de Contas" prosseguirá no seu julgamento.

Então, é da maior importância acompanharmos essa decisão do Tribunal de Contas, que na minha avaliação vai acompanhar pela sua maioria o voto do Relator que é pela imediata paralização e realização da indispensável licitação pública, em relação a construção dessa subestação da COPEL no Município de São José dos Pinhais, que vai servir a indústria Renault.

Muito obrigado!

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - A Bancada do Governo se posicionou contra o Requerimento, porque quando o Presidente da COPEL esteve nesta Casa, deixou a documentação desta questão à disposição de todos os Parlamentares, na sede da COPEL.

Por isso, a posição da Bancada do Governo!

Requerimento nº 446, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente da sessão anterior. **Rejeitado.**

Requerimento nº 475, de autoria do Senhor Deputado Duffio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 474, de autoria do Senhor Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma sessão extraordinária, para logo após o término da presente sessão, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 225 e 227/95.

Marco ainda uma sessão ordinária para terça-feira, dia 25 à hora regimental, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 219/95.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 007/97.

Levanta-se a sessão.

## Atos da Diretoria Geral:

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

## R E S O L V E:

## PORTARIA Nº 40/97

colocar, a disposição da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família - Regional de Ponta Grossa, a servidora ANGELA MARIA BARSZCZ, funcionária desta Assembléia Legislativa, até 31.12.97, com ônus para o órgão de origem.

## PORTARIA Nº 41/97

colocar, a disposição da COHAPAR de Ponta Grossa, a servidora PAULA CRISTHIANE LARocca, funcionária desta Assembléia Legislativa, até 31.12.97, com ônus para o órgão de origem

## PORTARIA Nº 42/97

colocar, a disposição da COHAPAR de Ponta Grossa, a servidora MICHELLY BARSZCZ, funcionária desta Assembléia Legislativa, até 31.12.97, com ônus para o órgão de origem.

## PORTARIA Nº 43/97

colocar, a disposição da COHAPAR de Ponta Grossa, o servidor FABIANO SCHEFFER, funcionário desta Assembléia Legislativa, até 31.12.97, com ônus para o órgão de origem.

## PORTARIA Nº 44/97

designar, os funcionários deste Poder, ESVERBEN GUIMA-

RÃES PLAYSANT, AIRTON ARANHA e EDSON CARLOS DE OLIVEIRA, para sob a Presidência do primeiro, formarem Comissão de Sindicância, a fim de apurar o abandono de cargo da funcionária MARIA NILDA BORGES BORIN, mat. 40711.

(Prot. 1773)

Gabinete da Diretoria Geral, em 19.03.97.

## PORTARIA Nº 45/97

colocar, a disposição do Ministério Público do Estado do Paraná, junto a Procuradoria-Geral da Justiça, a servidora ANA CRISTINA CESÁRIO PEREIRA, funcionária deste Poder Legislativo, até 31.12.97, com ônus para o órgão de origem.

(Prot. nº 2529)

Gabinete da Diretoria Geral, em 21.03.97

## PORTARIA Nº 46/97

colocar, a disposição da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB, o servidor AUGUSTO CARLOS KIRCHNER, funcionário deste Poder Legislativo, com ônus para o órgão de origem, a partir de 01.01.97, até 31.12.97.

(Prot. nº 11185)

Gabinete da Diretoria Geral, em 24.04.97.

## PORTARIA Nº 48/97

conceder, a LUZIA DA LUZ SILVEIRA, funcionária desta Assembléia Legislativa, matrícula nº 1343, licença a maternidade, a partir de 03/03/97 a 01/07/97.

(Prot. nº 2062)

## PORTARIA Nº 49/97

conceder, a VILMAR DOS SANTOS, funcionário deste Poder Legislativo, matrícula nº 40.830, o afastamento definitivo (APOSENTADORIA), por não ter condições de trabalho, doença sem recuperação conforme CID-444/8/2, a partir de 04.03.97.

(Prot. nº 2063)

Gabinete da Diretoria Geral, em 13.03.97.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral